

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Os principais desafios do ano de 2014 foram atingidos: a transição segura para uma nova administração, o aquecimento do investimento na Direct e a implementação de uma maior disciplina de capital na companhia. Muitas ações foram implementadas ao longo do ano como a) alongamento da dívida, b) descontinuação de negócios com retorno abaixo do compatível ao risco assumido ou sem um profundo alinhamento estratégico com os objetivos da companhia, c) a entrada na *Inbound* de linha branca, consolidando nossa posição na Logística Industrial, d) um profundo

e disciplinado controle de custos e de investimentos, e) o reforço das estruturas de *compliance* e f) a continuidade da recuperação da Logística Integrad. Mesmo em um cenário de queda acentuada no mercado automotivo, principalmente no último ano, e de inflação superior a 6% ao ano, a Tegma, puxada pela Divisão de Logística Automotiva, foi capaz de manter praticamente estável a sua margem EBITDA nos últimos dois anos. Retomamos os investimentos estratégicos em prédios e terrenos, fundamentais para o bom atendimento dos clientes automotivos, e aumentamos a confiabilidade da

nossa infraestrutura de TI, fundamental para o atendimento de operações críticas e complexas. De forma disciplinada, vamos buscar os ganhos de produtividade que precisamos marcar os próximos anos do setor e do país. Estamos em 2015, com uma estrutura de capital robusta, expressa por um endividamento líquido inferior a 1,0 x EBITDA. Estamos atentos às dinâmicas do mercado, preparados para o momento de retomada da economia, mas, ao mesmo tempo, prontos para enfrentarmos uma conjuntura ainda mais desafiadora.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	134.926	161.132	227.857
Contas a receber	7	222.411	205.519	265.778
Partes relacionadas	27	174	68	-
Estoque (almoxarifado)	9	164	1.347	1.993
Impostos a recuperar	9	7.657	10.083	19.086
Demaís contas a receber	8	92.513	8.447	104.274
Despesas antecipadas		1.098	1.044	2424
Instrumentos financeiros derivativos - swap	13	928	-	328
Ativos não circulantes mantidos para venda		459.871	387.610	621.340
Ativos não circulantes		459.871	387.610	609.946
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Demaís contas a receber	8	-	13.371	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	13.165	61.989
Partes relacionadas	27	124	126	436
Instrumentos financeiros derivativos - swap	13	15.095	16.379	15.095
Depósitos judiciais	16	7.692	6.193	25.703
Investimentos	10	22.911	22.698	67.770
Imobilizável	11	253.177	229.368	4.705
Intangível	12	158.658	159.292	171.298
Total do ativo		1.021.191	901.040	1.054.376

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	25.980	3.914	25.980
Debitantes	13	9.798	-	9.798
Fornecedores	15	5.359	4.228	7.726
Fretes a pagar	42	14.286	40.901	44.668
Tributos a recolher	14	14.728	13.093	17.545
Parcelamento de tributos	14	-	-	28
Salários e encargos sociais	15	25.740	28.735	31.728
Seguros e aluguéis a pagar	4	4.576	3.681	4.673
Imposto de renda e contribuição social	18	25.646	15.219	17.452
Demaís contas a pagar	27	9.147	14.278	32.413
Partes relacionadas		163.160	126.677	174.059
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	123.577	57.061	123.577
Debitantes	13	350.000	287.845	350.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	19.163	24.846	23.325
Provisões para demandas judiciais	16	3.194	3.071	11.486
Outros exigíveis a longo prazo		-	-	206
Aquisição de controlada	10 g	-	-	9.709
Parcelamento de tributos	14	-	-	7.188
Total do passivo		495.934	372.823	518.145
Patrimônio líquido		659.094	499.500	682.204
Atribuído aos acionistas da controladora				
Capital social	144.469	144.469	144.469	144.469
Reservas de capital	176.212	175.780	176.212	175.780
Reservas de lucros	41.626	81.570	41.626	81.570
Ações em tesouraria	(342)	(342)	(342)	(342)
Ajustes de avaliação patrimonial	132	63	132	63
Participação dos não controladores		362.097	401.540	362.097
Total do passivo e patrimônio líquido		1.021.191	901.040	1.054.376

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(22.962)	49.456	(22.962)	49.456
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes: Variação cambial de investida no exterior (Nota 10.c)	69	(361)	69	(361)
Resultado abrangente do exercício	(22.893)	49.095	(22.893)	49.095
Atribuível a Acionistas da Companhia				
Participação dos não controladores				
Total do ativo		1.021.191		901.040

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(22.962)	49.456	(22.962)	49.456
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes: Variação cambial de investida no exterior (Nota 10.c)	69	(361)	69	(361)
Resultado abrangente do exercício	(22.893)	49.095	(22.893)	49.095
Atribuível a Acionistas da Companhia				
Participação dos não controladores				
Total do ativo		1.021.191		901.040

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida dos serviços prestados	22	1.255.251	1.370.419	1.438.553	1.577.913
Custo dos serviços prestados	23	(996.000)	(1.081.539)	(1.195.975)	(1.326.335)
Lucro bruto		259.251	288.880	242.578	251.578
Despesas gerais e administrativas	23	(86.687)	(90.005)	(98.038)	(99.279)
Remuneração da administração	23 / 27	(8.010)	(8.256)	(8.010)	(8.256)
Despesas comerciais	23	(1.472)	(1.077)	(1.472)	(2.077)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	(15.172)	13.411	(3.789)	20.229
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.888)	(30.940)	2.377	99
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		146.204	171.013	134.664	162.294
Receitas financeiras	24	43.234	58.298	46.647	59.492
Despesas financeiras	24	(94.656)	(77.002)	(85.491)	(77.822)
Resultado financeiro		(41.422)	(18.704)	(38.844)	(18.330)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		104.602	152.309	95.802	143.964
Imposto de renda e contribuição social	25	(28.812)	(61.617)	(19.995)	(54.570)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		75.790	90.692	75.807	89.394
Operações descontinuadas					
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	30	(98.752)	(41.262)	(98.752)	(49.919)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(22.962)	49.456	(22.962)	39.476
Atribuível aos acionistas da Companhia					
Participação dos não controladores					
Total do ativo		1.021.191		901.040	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(22.962)	49.456	(22.962)	49.456
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes: Variação cambial de investida no exterior (Nota 10.c)	69	(361)	69	(361)
Resultado abrangente do exercício	(22.893)	49.095	(22.893)	49.095
Atribuível a Acionistas da Companhia				
Participação dos não controladores				
Total do ativo		1.021.191		901.040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	1.494.932	1.603.810	1.872.843	2.095.548
Outras receitas (i)	129.457	17.862	155.743	39.945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(10.842)	(1.398)	(11.047)	1.898
1.603.547	1.620.074	2.015.539	2.137.389	
Despesas				
Custo dos serviços prestados	(899.605)	(963.259)	(1.022.505)	(1.141.985)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (ii)	(289.410)	(101.847)	(421.458)	(248.270)
(1.189.015)	(1.065.106)	(1.443.963)	(1.390.255)	
Valor adicionado bruto	414.532	554.968	571.576	747.134
Depreciação e amortização	(9.415)	(16.013)	(27.130)	(29.054)
405.117	538.955	544.446	718.080	
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.c)	(40.559)	(27.176)	2.377	99
Receitas financeiras	43.234	58.298	72.929	112.506
407.792	525.077	619.752	830.685	
Valor adicionado total a distribuir				
Salários e encargos	122.067	137.283	188.024	262.966
Remuneração da administração	8.010	8.256	8.010	8.256
Participação dos empregados nos lucros	5.790	4.176	6.897	6.762
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	92.377	139.918	118.191	151.047
Estaduais	85.114	77.756	116.549	117.202
Municipais	2.034	2.980	7.729	8.287
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	84.641	77.001	119.133	151.385
Aluguéis	30.721	28.051	78.164	85.304
Dividendos	-	60.000	-	60.000
Prejuízos retidos	(22.962)	(10.544)	(22.945)	(20.524)
Valor adicionado distribuído	407.792	525.077	619.752	830.685

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Tegma Gestão Logística S.A. (a "Companhia") e suas empresas Controladas (conjuntamente, a "Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços de logística no mercado interno e externo em diversos setores da economia, tais como: automotivo, químico, telecomunicações, eletrônicos e informática. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A emissão destas demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente ou em menor periodicidade quando necessário.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretados emitidos pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.3. Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso de valor justo para a avaliação patrimonial e avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reacionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.4. Base de consolidação: Demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas as seguintes políticas contábeis são aplicadas: **i) Controladas e Controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia e suas Controladas controlam outra entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina. Controladas em conjunto são todas as entidades sob as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. As Controladas em conjunto não são consolidadas e estão apresentadas na rubrica de investimentos e são registradas nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial. **ii) Combinação de negócios:** A Companhia e suas Controladas usam o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia e suas Controladas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas Controladas reconhecem a participação no patrimônio líquido, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controlada é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia e suas Controladas, de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia e suas Controladas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Controladora e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas Controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **iii) Transações e participações não controladoras:** A Companhia e suas Controladas tratam as transações com participações não controladoras como transações com partes relacionadas da Companhia e suas Controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia e suas Controladas param de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma "joint venture" ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos aquela entidade são também ajustados como se a Companhia e suas Controladas tivessem avaliado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.5. Apresentação de relatórios por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

para riscos tributários, civis e trabalhistas. A Companhia e suas Controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais se provável que curso seja feita para liquidação de demandas judiciais/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de: • O valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes); ou • O valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30 (R1) - Receita).

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia e suas Controladas atuam e geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e de suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre prováveis diferenças temporárias em bases fiscais dos ativos e passivos. Os ativos e passivos sobre valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na prática de transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável ou o prejuízo fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em Controladas exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas Controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensação quando da apuração dos tributos competentes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado e não pelo líquido. A despesa com tributo sobre o lucro e contribuição social é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Montantes contabilizados de despesa de tributo sobre o lucro e contribuição social de um período intermediário são ajustados em períodos subsequentes daquele exercício social de se estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

2.13. Benefícios a empregados
a) Participação nos lucros: A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como qualquer benefício pós-emprego da Companhia e de suas Controladas. A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, cuja obrigação encontra-se reconhecida na rubrica "Salários e encargos sociais" (Nota 15). A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b) Remuneração com base em opções de compra de ações: A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidadas com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. Os detalhes do Plano de Opção de Compra de Ações e do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações estão divulgados na Nota 19.f.

2.14. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.
2.15. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A receita é reconhecida quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das empresas, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Vendas de serviços: A Companhia e suas Controladas vendem serviços logísticos integrados que atuam no transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como: automotivo, e-commerce, químico, telecomunicações, eletrônicos e informático. A receita de prestação de serviços de transporte (serviços de carga), bem como a receita de serviços logísticos (armazenagem e gestão de estoque) é reconhecida no período em que os serviços são prestados.
b) Receita financeira: A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.16. Arrendamentos mercantis: Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia e suas Controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas Controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento e o valor justo do bem arrendado é o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo. A Companhia não possui contratos de arrendamento e "leasing" em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis, quando aplicáveis.

2.19. Premissas contábeis significativas - operações descontinuadas: Em 13 de junho de 2014, o Conselho da Administração da Companhia aprovou a celebração do contrato de compra e venda de ações e outras averanças, tendo por objeto a alienação da totalidade do capital social da controlada Direct Express Logística Integrada S.A. (Direct) para a TEGMA. Conseqüentemente, a partir de 30 de junho de 2014 os saldos desta controlada passaram a ser registrados na rubrica de operações descontinuadas. A fim de refletir estas alterações na data de 31 de dezembro de 2013, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está representando os saldos das demonstrações de resultado do período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2014, foi concluída a alienação de 100% (sem pro cento) do capital social da Direct Express Logística Integrada S.A. Vide detalhes na Nota 30.

2.20. Medida provisória 627/13 convertida em Lei: Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos esteja sob o regime de tributação do lucro real. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

2.21. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Os pronunciamentos contábeis do IASB e seguir relacionados foram publicados e/ou revisados nas últimas edições de normas adotadas, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia implementará tais pronunciamentos e interpretações à medida que suas aplicações se tomem obrigatórias, com a normalização pelo CPC e VIM. IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração desta norma aborda a primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Financial Instruments. A data de aplicação desta norma foi prorrogada para 01.01.18. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as suas demonstrações financeiras a partir de sua adoção. A Administração ainda está concluindo a análise detalhada dessas normas e não quantificou os eventuais efeitos sobre os demais grupos de demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, além das retro descritas, que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
3.1. Julgamentos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas Controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perda ("impairment") estimada do ágio: Anualmente, a Companhia e suas Controladas testam eventuais perdas ("impairment") do ágio, de acordo com a política contábil da Empresa. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 12).
b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia e suas Controladas reconhecem provisões por diferentes situações em que se provável que os valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.
4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e suas Controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certos exposições ao risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia e suas Controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia e de suas Controladas identificam, avaliam e definem estratégia de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.
a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moeda diferente de sua moeda funcional. Para a redução dessa exposição, foi implementada uma política para proteger o risco cambial. As operações em moeda estrangeira estão representadas por operações de mútuo ativo ou passivo com partes relacionadas (Nota 27), e por empréstimos indexados a variação do dólar norte-americano. Para proteção de risco cambial sobre estes empréstimos foram contratadas operações de swap (Nota 13.a). **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas Controladas não têm ativos significativos em que incidam juros. O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2014 e 2013, os empréstimos da Companhia e de suas Controladas referem-se a empréstimos em reais e em dólar norte-americano com taxa de juros fixa. A Companhia também efetua operações de "swap" de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger-se do risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados à taxa fixa. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A". A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e agregada pelo departamento de finanças, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas Controladas para assegurar que elle tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém linhas de crédito disponíveis (Nota 13) a qualquer momento, a fim de que a Companhia e suas Controladas não deixem de cumprir os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e de suas Controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é geralmente investido em fundos de renda fixa de curto prazo com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Controladora		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	25.980	122.336	1.241
Debêntures (Nota 13)	9.798	116.667	233.333
Fornecedores e fretes a pagar	47.545	-	-
Demais contas a pagar (Nota 18)	25.646	-	-
Seguros e aluguéis a pagar	4.576	-	-
	113.545	239.003	234.574
Em 31 de dezembro de 2013			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.914	58.822	1.239
Debêntures (Nota 13)	45.129	93.333	194.512
Fornecedores e fretes a pagar	-	-	-
Demais contas a pagar (Nota 18)	15.219	-	-
Seguros e aluguéis a pagar	3.681	-	-
Partes relacionadas (Nota 27)	14.278	-	-
	82.221	149.155	195.751
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	25.980	122.336	1.241
Debêntures (Nota 13)	9.798	116.667	233.333
Fornecedores e fretes a pagar	51.894	-	-
Demais contas a pagar (Nota 18)	32.413	-	-
Seguros e aluguéis a pagar	4.673	-	-
	124.758	249.712	234.574

	Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Em 31 de dezembro de 2013			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	83.235	151.621	5.339
Debêntures (Nota 13)	-	93.333	194.512
Fornecedores e fretes a pagar	64.297	-	-
Demais contas a pagar (Nota 18)	47.352	-	-
Contas a pagar - Preprou variável (Nota 10.g)	-	8.762	-
Seguros e aluguéis a pagar	4.279	-	-
	199.163	253.716	199.851

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrado no balanço patrimonial conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2014		
	Controladora	Consolidado	
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Nota 13)	143.833	143.833	
Valor principal dos derivativos "financeiros", líquidos (Nota 13)	16.023	16.023	
Exposição passiva líquida	127.810	127.810	

A Companhia e suas Controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação. Em 31 de dezembro de 2014, a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira e juros para a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e juros, devido à política da Companhia de proteção de riscos cambiais. Dessa forma, o risco da Companhia e de suas Controladas passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	31 de dezembro de 2014		
	Controladora	Consolidado	
Operações com derivativos atrelados ao CDI (Nota 13)	(143.833)	(143.833)	
Empréstimos e financiamentos em moeda local (Nota 13)	(5.724)	(5.724)	
Valor principal dos derivativos "financeiros", líquidos (Nota 13)	16.023	16.023	
Debêntures (Nota 13.b)	(359.798)	(359.798)	
Caixa e equivalentes (Nota 6)	134.926	227.857	
Exposição líquida	(358.406)	(265.475)	

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (Nota 6). Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. No caso das operações em moeda estrangeira, o cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotações obtidas no relatório "FOCUS" emitido pelo Banco Central do Brasil nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% e 50% da parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III). Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% da parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III).

	Controladora		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II)	Cenário Remoto (III)
Operação	Risco %		
Aplicações Financeiras CDI Receita	Acrescimento de 1,15		
		18.270	19.859
		18.270	19.859
Juros sobre empréstimo (Debêntures)	Acrescimento de 1,15	47.804	51.961
Juros sobre empréstimo (Swap)	Acrescimento de 1,15	18.818	20.454
Despesa		66.622	72.415

	Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II)	Cenário Remoto (III)
Operação	Risco %		
Aplicações Financeiras CDI Receita	Acrescimento de 1,15		
		20.984	22.809
		20.984	22.809
Juros sobre empréstimo (Debêntures)	Acrescimento de 1,15	47.804	51.961
Juros sobre empréstimo (Swap)	Acrescimento de 1,15	18.818	20.454
Despesa		66.622	72.415

A Administração não considera provável o risco de ocorrer variação na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a qual está sujeita parte do saldo de Parcelamento de Tributos (Consolidado) e operações de Finame (Controladora e Consolidado) que possuem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas.
4.2. Gestão de capital: A gestão do capital tem por objetivo suportar a estratégia de crescimento da Companhia e de suas Controladas, levando em consideração o interesse dos acionistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de fatores, entre eles, o custo do financiamento, os prazos de carência e de pagamento e o nível de alavancagem financeira. A Companhia e suas Controladas buscam minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo podem, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos. A Companhia e suas Controladas também usam o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e adicionado o subtraído do saldo de "swap". O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim resumidos:

	Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013	
Total dos empréstimos (Nota 13)	149.557	60.975	
Debêntures (Nota 13)	359.798	287.845	
Derivativos - Swap (Nota 13)	(16.023)	(16.379)	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(134.926)	(161.132)	
Dívida líquida	358.406	471.309	
Total do patrimônio líquido	392.887	401.540	
Total do capital	720.503	572.849	
Índice de alavancagem financeira	50%	30%	

Total dos empréstimos (Nota 13) 149.557 204.195
 Debêntures (Nota 13) 359.798 287.845
 Derivativos - Swap (Nota 13) (16.023) (43.393)
 Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) (227.857) (204.448)
 Dívida líquida 265.475 290.199
 Total do patrimônio líquido 362.172 401.598
 Total do capital 627.647 681.797
 Índice de alavancagem financeira 42% 41%

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e a liquidez desses saldos de aproximadamente 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas Controladas para instrumentos financeiros similares. As aplicações financeiras, representadas por fundos de renda fixa e classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na cotação final do exercício fornecida pela respectiva instituição financeira. A Companhia e suas Controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, como preços, seja indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3). Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas Controladas mantinham instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial a valor justo por meio do resultado ("swap"), utilizando a hierarquia Nível 3 para sua mensuração, no montante de R\$143.833 (Controladora e Consolidado respectivamente (Nota 4.1)). Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo dos "swaps" de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

	Controladora		Consolidado	
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado
	Empréstimos e recebíveis	Total	Empréstimos e recebíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes líquido de pagamentos antecipados (Nota 7)	-	235.500	235.500	281.783
Aplicação financeira (Nota 6)	116.450	-	116.450	208.377
Partes relacionadas (Nota 27)	-	298	298	436
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	18.476	18.476	19.480
Demais contas a receber (Nota 8)	-	92.513	92.513	117.645
	116.450	346.787	463.237	208.377

	Controladora	
--	--------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraprestação	
Em 31/12/2012	7.300
Caixa pago à vista	7.500
Caixa a pagar em 31/01/2017	14.800
Preço variável	10.000
Total contraprestação	24.800
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo	
Imobilizado	4.623
Carteira de agregados	7.013
Relacionamento com clientes	6.307
Capital giro	(2.934)
Imposto diferido	185
Total de ativos líquidos identificáveis	15.794
Reatabilidade futura	9.141
Total contraprestação	24.935

A alocação final do ágio total do negócio de R\$24.935, na avaliação da Administração, que foi concluída durante o ano de 2012, decorrente da aquisição é atribuível à carteira de agregados, relacionamento com clientes e rentabilidade futura. Os custos da transação foram reconhecidos como despesa no resultado do período conforme incorrido, como determinado pelo pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 15 - Combinação de Negócios, no montante de R\$3.979. Em 29 de fevereiro de 2012, através de Instrumento de Cessão Contratual, a Companhia transferiu para a sua Controlada, Direct Express Logística Integrada S.A., a totalidade de sua participação na EHWINA. A Direct Express Logística Integrada S.A. pagará para a Tegma Gestão Logística S.A. todos os valores já desembolsados a título de preço de aquisição. Em Ata de Reunião de Sócios realizada em 22 de junho de 2012, foi aprovada a incorporação da sociedade Ehwina Empreendimentos e Participações Ltda. (Controladora) pela Trans Commerce Transportes de Cargas Ltda. (Controlada), cujo acervo líquido foi avaliado a valor contábil para a data-base de 31 de maio de 2012 pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. As ações da Ehwina foram extintas na data da incorporação. A incorporação da Ehwina não gerou qualquer alteração no patrimônio líquido da Trans Commerce, uma vez que a Ehwina era uma empresa veículo apresentando apenas saldo de investimento e patrimônio líquido no montante de R\$7.273, na data-base da incorporação. Conforme mencionado na Nota 10, em julho de 2014, após a cisão parcial da Direct o capital social da Trans Commerce Transportes de Cargas Ltda passou a ser da Guril Empreendimentos e Participações Ltda. **h) Combinação de negócio em 2011:** Em 04 de março de 2011, foi efetuada a aquisição indireta de 80% da Direct Express Logística Integrada S.A. ("Direct"), por meio da celebração de contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, estabelecendo, dentre outros, o seguinte: A Tegma Gestão Logística S.A. adquiriu 100% das ações do capital social da Achintya Empreendimentos e Participações S.A., a qual detém 70,15% das ações do capital social da Amodini Empreendimentos e Participações S.A. ("Amodini") que, por sua vez, detém 67% das ações do capital social da Direct. Os acionistas vendedores permaneceram com a participação indireta de 20% na Direct, por meio da participação de 29,85% na Amodini. Nesta mesma data a Tegma Participações Ltda. ("TP"), subsidiária integral da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, para aquisição de 33% da participação societária pertencentes a outro grupo de acionistas, no capital social total e votante da Direct. Assim, a Companhia passou a deter indiretamente as ações ordinárias representativas de 80% do capital social da Direct (por meio de suas subsidiárias TP e Achintya). Em conjunto com a negociação, foi celebrado contrato de opção de compra e venda por parte da Companhia das ações remanescentes da Amodini que representam 29,85% (20% de participação indireta da empresa Direct). Esta opção de compra, exercível em abril de 2014, estava registrada a seu valor justo em 30 de novembro de 2013 no montante de R\$52.240 (R\$48.467 em 31 de dezembro de 2012), a débito do patrimônio líquido em contrapartida de um passivo. O preço de compra total foi de R\$77.224, distribuídos da seguinte forma: (1) R\$50.164 pela aquisição da Achintya, dos quais R\$14.000 foram depositados em garantia ("escrow account"), pagos pela Companhia; e (2) R\$27.060 pela aquisição efetuada pela TP na Direct, pago em 04 de abril de 2011. Adicionalmente, a Companhia tinha uma contraprestação contingente (preço variável) a ser pago em abril de 2014, ou na Assembleia Geral daquele ano, o que ocorrer primeiro, avaliada em R\$16.552 em 31 de dezembro de 2012, relativos às estimativas de superação dos lucros antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações ("LAJIDA" ou "EBITDA" - terminologia na língua inglesa), no período de março de 2011 a dezembro de 2013, descontados a uma taxa de 10,5% ao ano. Como a Direct não atingiu as metas preestabelecidas em reunião, foi baixado o valor de R\$7.032 para o resultado em 2012 e R\$16.445 em 2013. As aquisições foram aprovadas em contrato do Conselho de Administração da Tegma, realizada em 04 de março de 2011, e foram submetidas à avaliação das autoridades do sistema brasileiro de defesa da concorrência. Em Assembleia Geral Extraordinária e alteração contratual realizadas em 31 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação da sociedade controlada Tegma Participações Ltda. e Amodini Empreendimentos e Participações S.A., por Direct Express Logística Integrada S.A., cujo acervo líquido foi avaliado a valor contábil para a data-base de 30 de abril de 2011 pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. As ações/iniciativas destas empresas incorporadas foram extintas na data da incorporação. A operação gerou o desmembramento do ágio inicial registrado na controlada Tegma Participações Ltda. de R\$39.782 acarretando reconhecimento do benefício fiscal de R\$9.200, do qual o benefício é integralmente da acionista Controladora, reconhecido no ativo não circulante em contrapartida da reserva especial no patrimônio líquido da controlada indireta Direct Express Logística Integrada S.A. A incorporação da Amodini não gerou qualquer alteração no patrimônio líquido da Direct Express Logística Integrada S.A., uma vez que a

Amodini era uma empresa veículo, apresentando apenas saldo de investimento e patrimônio líquido negativos no montante de R\$24.396, na data-base da incorporação. A alocação final do ágio total do negócio de R\$102.534, na avaliação da Administração, que foi concluída durante o ano de 2011, decorrente da aquisição é atribuível à marca, carteira de clientes, software e ágio, conforme descrito a seguir:

Contraprestação	
Em 04 de março de 2011	
Caixa pago em março de 2011	50.164
Caixa pago em abril de 2011	27.060
Total de contraprestações em caixa	77.224
Preço variável	15.200
Total da contraprestação transferida	92.424
Ativo de indenização	(20.730)
Total da contraprestação	71.694
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras	1.214
Contas a receber	22.344
Carteira de clientes (incluindo em intangíveis)	8.364
Demais contas a receber	3.405
Ativo imobilizado e intangível	2.210
Imposto de renda diferido	9.600
Marca (incluindo em intangíveis)	12.581
Software (incluindo em intangíveis)	3.000
Empréstimos e financiamentos	(15.138)
Fornecedores a pagar	(9.397)
Tributos e obrigações trabalhistas	(21.195)
Demais contas a pagar	(1.262)
Passivos contingentes	(20.730)
Total de ativos líquidos identificáveis	(5.004)
Participação não controladores	7.710
Participação de controlares	68.988
	71.694

Os custos da transação foram reconhecidos como despesa no resultado do período conforme incorrido, como determinado pelo pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 15 - Combinação de Negócios, no montante de R\$3.100. Um passivo contingente de R\$20.730 foi reconhecido para uma série de riscos judiciais trabalhistas e tributários. O valor de ativos contingentes indenizatórios está suportado por uma conta garantida de R\$14.000, supramencionado, bem como o penhor das ações remanescentes e eventual retenção de lucros futuros a serem distribuídos aos acionistas minoritários. Os acionistas vendedores da participação indireta de 47% concordaram contratualmente em indenizar a Companhia pela ação que pode tornar-se devida no que diz respeito às questões mencionadas. Um ativo de indenização de R\$20.730, equivalente ao valor justo do passivo, foi reconhecido pela Companhia na rubrica de demais contas a receber. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Como no caso do passivo contingente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização, uma vez que não houve mudança nos resultados ou premissas utilizadas para desenvolver a estimativa do passivo. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de agosto de 2011, foi aprovada a incorporação da sociedade controlada Achintya Empreendimentos e Participações S.A., pela Tegma Gestão Logística S.A., cujo acervo líquido foi avaliado a valor contábil para a data - base de 30 de abril de 2011 pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. As ações da Achintya foram extintas na data da incorporação. A incorporação da Controlada não gerou qualquer alteração no patrimônio líquido da Tegma Gestão Logística S.A., uma vez que a Achintya era uma empresa veículo apresentando apenas saldo de investimento e patrimônio líquido negativos no montante de R\$17.114, na data-base da incorporação. **o) Opção de compra exercida em 2013:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2013 foi aprovado o exercício da opção de compra dos 20% remanescentes do capital social da Direct no valor justo de R\$52.240 (R\$48.467 em 31 de dezembro de 2012). Com o exercício da opção, a companhia passa a deter 100% do capital social da Direct e passa a ser responsável integral dos direitos e obrigações. O efeito líquido no valor de R\$6.308 desta transação foi lançado diretamente no patrimônio líquido por se tratar de uma transação considerada entre sócios de acordo com as normas contábeis vigentes. Em 07 de novembro de 2013 foi realizado pagamento no valor de R\$2.450 aos acionistas minoritários, havendo uma compensação entre as obrigações da Companhia e dos controladores minoritários no valor de R\$22.752. Adicionalmente, no mesmo período foi efetuada a reversão do ativo contingente no valor de R\$20.730. Sendo a Companhia controladora integral da Direct, decidiu-se em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de dezembro de 2013 o aumento de capital social no valor de R\$100.000. **j) Alienação:** Conforme mencionado na Nota 2.19 e Nota 30 em 13 de junho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do contrato de compra e venda de ações e outras avenças, tendo por objeto a alienação da totalidade do capital social da Direct Express Logística Integrada S.A. em 31 de agosto de 2014, foi concluída a alienação de 100% (cem por cento) do capital social da Direct Express Logística Integrada S.A. Vide detalhes na Nota 30.

a) Empréstimos bancários
Os empréstimos bancários modalidade Finame, têm vencimento até 2018 e com taxa de juros média 7,27% ao ano (7,74% ao ano em 2013), garantidos pelos bens financeiros. O valor do financiamento em 31 de dezembro de 2014 é R\$5.724 (R\$5.632 em 31 de dezembro de 2013) Controladora e R\$5.724 (R\$16.058 em 31 de dezembro de 2013) Consolidado. Os empréstimos em moeda estrangeira tem juros entre 2,58% a 3,8% ao ano e estão sujeitos à variação cambial do dólar norte-americano. A Companhia e suas Controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção da variação cambial dos empréstimos adquiridos, trocando toda exposição para CDI mais juros que variam de 1,3% a 1,75% a.a. Os valores de referência (notional) dos contratos de "swap" de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$143.883 (na Controladora e no Consolidado). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro, referente a contratos de "swap" de variação cambial até a amortização dos empréstimos bancários (entre agosto de 2015 e agosto de 2016). Foi reconhecido no resultado do exercício um ganho líquido no montante R\$620 na Controladora e Consolidado, nas rubricas de receitas e despesas financeiras, relativo ao valor justo do instrumento derivativo de swap; o valor justo de "swap" de variação cambial é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, os seguintes: **•** Ter as demonstrações financeiras auditadas em cada encerramento do período; **•** Não ter dívidas em atraso com as mesmas instituições financeiras credoras; **•** Alugmas restrições para incorporações de empresas e planejamentos societários; **•** Limites de índices de dívida líquida e grau de endividamento financeiro. Caso as exigências contratuais não sejam cumpridas, a Companhia deverá apresentar garantias adicionais ou efetuar o pagamento em curto prazo dos empréstimos obtidos nesta modalidade. A Companhia vem cumprindo as referidas cláusulas restritivas.

b) Debêntures. Segunda emissão de debêntures. O Conselho de Administração da Tegma, em reunião realizada na data de 12 de dezembro de 2013 ("RCA"), aprovou a realização da segunda emissão, pela Companhia de até 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o valor total de até R\$150.000 ("Debêntures"). A emissão foi realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de debêntures alocadas em cada série, bem como a quantidade de séries efetivamente colocadas e a respectiva remuneração das debêntures de cada série foram definidas em procedimento de coleta de intarções de investimento. O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série e 2ª série é de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão. As debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação. O Banco Itaú BBA S.A. foi o Coordenador-Líder da oferta, que contou com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão são integralmente destinados a negócios de crédito ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa da Companhia. A liberação da 1ª série ocorreu em 15 de dezembro de 2013 e a 2ª série ocorreu em 04 de abril de 2014. **Primeira emissão de debêntures:** O Conselho de Administração da Tegma, em reunião realizada na data de 06 de dezembro de 2012 ("RCA"), aprovou a realização da primeira emissão, pela Companhia de até 20.000 (vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o valor total de até R\$200.000 ("debêntures"). A emissão foi realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de debêntures alocadas em cada série, bem como a quantidade de séries efetivamente colocadas e a respectiva remuneração das debêntures de cada série foram definidas em procedimento de coleta de intarções de investimento. O prazo de vencimento das debêntures da 1ª série foi de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, e o prazo de vencimento das debêntures da 2ª série foi de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão. As debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação. O Banco BTG Pactual S.A. foi o Coordenador-Líder da oferta, que contou ainda com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão foram integralmente destinados a negócios de crédito ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava saldo total de debêntures atualizado de R\$39.759 (R\$287.845 em 31 de dezembro de 2013).

II) Características
Segunda emissão de debêntures: A data de emissão das debêntures foi em 15 de dezembro de 2013. Tipo: simples, não conversíveis em ações. Espécie: quirográfrica. Valor nominal unitário: R\$10 (dez mil reais) na data de emissão. Quantidade: 15.000 debêntures em até duas séries, sendo 8.000 debêntures de primeira série e 7.000 debêntures da segunda série, conforme demanda. **Primeira emissão de debêntures:** A data de emissão das debêntures foi em 15 de fevereiro de 2013. Tipo: simples, não conversíveis em ações. Espécie: quirográfrica. Valor nominal unitário: R\$10 (dez mil reais) na data de emissão. Quantidade: 20.000 debêntures em até duas séries, sendo 6.000 debêntures de primeira série e 14.000 debêntures da segunda série, conforme demanda.

II) Remuneração
Segunda emissão de debêntures
Primeira série: Di+1,75%
Segunda série: Di+1,75%
Primeira emissão de debêntures
Primeira série: Di+0,84%
Segunda série: Di+0,97%
III) Pagamento de juros
Segunda emissão de debêntures: Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano. **Primeira emissão de debêntures:** Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

IV) Amortização de principal
Segunda emissão de debêntures: O valor nominal das debêntures será amortizado anualmente em três parcelas, conforme segue:

Série	Amortização	Data da Amortização	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Primeira série	1ª	15 de dezembro de 2016			33,33%	
Primeira série	2ª	15 de dezembro de 2017			33,33%	
Primeira série	3ª	15 de dezembro de 2018			33,34%	
% de Amortização					100,00%	
Segunda série	1ª	15 de dezembro de 2016			33,33%	
Segunda série	2ª	15 de dezembro de 2017			33,33%	
Segunda série	3ª	15 de dezembro de 2018			33,34%	
% de Amortização					100,00%	

Primeira emissão de debêntures: O valor nominal das debêntures será amortizado anualmente em três parcelas, conforme segue:

Série	Amortização	Data da Amortização	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Primeira série	1ª	15 de fevereiro de 2016			33,33%	
Primeira série	2ª	15 de fevereiro de 2017			33,33%	
Primeira série	3ª	15 de fevereiro de 2018			33,34%	
% de amortização					100,00%	
Segunda série	1ª	15 de fevereiro de 2016			33,33%	
Segunda série	2ª	15 de fevereiro de 2017			33,33%	
Segunda série	3ª	15 de fevereiro de 2018			33,34%	
% de amortização					100,00%	

VI) Cláusulas financeiras restritivas (covenants): As emissões de debêntures estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA (1) ajustado (2) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Até seis meses	11.792	1.957	11.792	80.398
Seis a 12 meses	23.996	1.957	23.996	2.837
Total circulante	35.778	3.914	35.778	83.235
Até cinco anos	473.577	344.906	473.577	444.805
Total	509.355	348.820	509.355	528.040

1- LAJIDA - resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. 2- LAJIDA AJUSTADO - exclui os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa - INCVM 527/2012. O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo mencionada acima. A Companhia e suas Controladas possuem as seguintes linhas de crédito (em reais) não utilizadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Taxa variável	2.100	2.100	27.100	44.500

Com vencimento em até um ano
As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 2014.

c) Pagamentos de empréstimos: Em 2014, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos no montante de R\$71.508 (R\$191.593 em 31 de dezembro de 2013) e no Consolidado de R\$71.508 (R\$231.790 em 31 de dezembro de 2013).

14. Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento especial - PAEX/PAES/REFIS			76	8.248
Passivo circulante			295	(1.060)
Passivo não circulante			48	7.189
Total			76	8.248

Como consequência da adesão aos parcelamentos, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a assistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente alcançados. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com as condições acima.

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para gratificações e participação nos lucros	9.480	9.374	10.966	11.792
Provisão para férias	9.184	11.862	11.891	19.538
INSS	5.401	4.164	6.822	6.484
FGTS	551	1.489	738	2.028
Salários a pagar	-	-	-	185
Outras	1.124	1.846	1.311	2.609
Total	25.740	28.735	31.728	42.636

16. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais: A Companhia e parte envolvida em processos trabalhistas, civis, tributários e outros em andamento que totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$51.336 (R\$59.377 em 31 de dezembro de 2013) Controladora e R\$138.755 (R\$245.954 em 31 de dezembro de 2013) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos. As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	7.184	5.788	3.194	3.071
Fiduciárias	203	305	-	-
Total	7.692	6.193	3.194	3.071

Depósitos judiciais para demandas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	24.744	18.294	11.446	33.055
Tributárias	350	316	28	105
Cíveis	609	303	12	17
Tributárias - Auto infração ISS	-	-	-	3.914
Total	25.703	19.913	11.486	36.991

Do total das provisões que a Companhia mantém registrado dentro das provisões para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2014, houve redução no valor de R\$20.143 devido apresentação das operações da controlada Direct como operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 2.19 e 30. As demandas judiciais por classificação de risco podem ser assim apresentadas: (a) Perda provável - R\$3.194 (Consolidado - R\$1.754); (b) Perda provável - R\$3.368 (Consolidado - R\$106.694); e (c) Perda remota R\$11.824 (Consolidado - R\$20.307). Em dezembro de 2014 a Companhia foi autuada pela autoridade fiscal (Receita Federal do Brasil) por aproveitamento fiscal dos ágios gerados nas aquisições das sociedades Boni Amazon e Achintya. No âmbito anterior a autuação a Companhia, com o intuito de mitigar riscos de uma possível condenação por aproveitamento destes ágios, decidiu aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para quitação destes débitos. Após os descontos e ajustes permitidos pelo REFIS, foram reconhecidos por conta deste evento R\$12.366 do principal da possível dívida e R\$2.836 em despesa financeira relacionada à multa e juros do período. Como parte da quitação foram desembolsados R\$0.683, e utilizado prejuízo fiscal das controladas Trans Commerce e Tegma Logística Integrada conforme lei 13.043/14, nos valores R\$311 e R\$8.202, respectivamente. **Passivo contingente:** De acordo com os contratos de compra e venda das empresas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística Integrada S.A. e PDI Comércio, Indústria e Serviços Ltda., os acionistas ou quotistas vendedores são solidária e ilimitadamente responsáveis por todas as demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, as quais totalizam R\$48.066.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As aliquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre ágio aquisições de controladas; (ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a amortização de ativos fiscais do ágio apurado na aquisição de controladas; (iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis. Em 2014 o saldo do ativo e do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos do consolidado reduziram em decorrência da alienação do investimento da controlada Direct ocorrida em agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo do ativo e passivo diferido da controlada Direct eram de R\$58.389 e R\$12.769 ativo e passivo respectivamente. Como parte de quitação do "REFIS" foi utilizado créditos de prejuízo fiscal de imposto de renda no montante de R\$7.322 e de base negativa da contribuição social de R\$2.636 conforme Lei 13.043/14.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

Consolidado			
2014			
Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	26.223	(45.386)	(19.163)
Tegma Logística Integrada S.A.	4.835	-	4.835
Tegma Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	104	-	104
Trans Commerce Transporte de Cargas Ltda.	8.226	-	8.226
Tegma Cargas Especiais Ltda.	5.618	(9.780)	(4.162)
Total	45.006	(56.166)	(23.325)

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2014 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	10.575	14.415
2016	6.108	10.205
2017	3.524	6.171
2018	3.008	5.575
2019	3.008	3.005
Após 2020	26.223	45.006

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

18. Demais contas a pagar

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Assessoria técnica / terraplanagem (ii)	10.454	-
Pedágio	3.071	2.956
Aluguel	2.630	2.129
Benefícios (i)	1.151	831
Serviços de consultoria	998	592
Movimentação de veículos	876	3.303
Manutenções diversas	739	336
Comunicação dados e voz	684	1.026
Combustível	3	-
Seguros	-	1.184
Indenizações a pagar	-	425
Outros	5.040	2.862
	25.646	15.219

(i) Vale-transporte, refeição, cesta básica e outros. (ii) Custos incorridos referentes a melhoria e preparação de terreno adquiridos pela Tegma em território nacional. Em 2014 o saldo de demais contas a pagar do consolidado reduziu em decorrência da alienação do investimento da controlada Direct ocorrida em agosto de 2014.

19. Capital social e reservas
a) Capital social: O capital social integralizado está representado por 66.002.915 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de capital - ágio na subscrição de ações. Decorre substancialmente da emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, realizada em 2007, sendo destinado o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2007, foi aprovada a emissão de 737.685 ações ordinárias nominativas, pelo preço de emissão de R\$4.294,27 por ação, resultando no aumento de capital social no montante de R\$1.181, sendo o montante de R\$2.245 destinado à conta de reserva de capital - ágio na subscrição de ações. As referidas ações foram integralizadas mediante a conferência de 2.136.116 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 57% do capital social da Coimex Logística Integrada S.A., cujo valor contábil foi apurado pela AMKS Contadores e Consultores Ltda. O saldo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está líquido do montante de cancelamento de ágio ocorrido em 2008, no montante de R\$3.806.

c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme approval de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

d) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.200 ações ordinárias, no montante de R\$342.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio: O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e conforme previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período. A administração da Companhia não propôs nenhuma destinação em 2014 devido ao prejuízo do exercício. O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2013 é assim demonstrado:

	2013
Lucro líquido do exercício	49.456
Reserva legal	(2.474)
Base de cálculo	46.982
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	11.746
Dividendos intercalares pagos conforme aprovação do Conselho de Administração	30.000
Dividendos adicionais propostos	16.392
	46.982
Porcentagem sobre a base de cálculo	100

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2014, foi aprovado o pagamento dos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$16.982, referente ao lucro líquido de 2013, pagos em 13 de maio de 2014. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2013, foi aprovada a distribuição dos dividendos intercalares, no valor de R\$10.000, e o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$5.000, totalizando R\$15.000, sendo pagos em 27 de novembro de 2013. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2013, foi aprovada a distribuição dos dividendos intercalares, no valor de R\$3.000, e o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$6.000, totalizando R\$15.000, sendo pagos em 28 de agosto de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o pagamento dos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$30.000, referente ao lucro líquido de 2012, pagos em 13 de maio de 2013. Ambos os pagamentos de juros sobre capital próprio foram atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios.

f) Opções de compra de ações: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes de: • Da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou • Das ações ordinárias mantidas em tesouraria. O Conselho de Administração é o responsável pela Administração e criação dos programas de opções de ações, nos quais são definidas as pessoas às quais serão concedidas as opções, o número de ações da Companhia que terão direito de subscrever/adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição/aquisição, a forma de pagamento das ações, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições aplicáveis às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades bem como outras características do programa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de novembro de 2012, foi aprovada a emissão do Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. Foram outorgadas 135.000 opções de compra de ações outorgadas, com vencimento em três anos. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a emissão do Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. Foram outorgadas 115.000 opções de compra de ações outorgadas, com vencimento em três anos. A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções foi de R\$432 (R\$965 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica de honorários da Administração. Em 31 de dezembro de 2014, o preço de mercado era de R\$15,89 por ação e, em 31 de dezembro de 2013, R\$18,00 por ação. As opções foram mensuradas ao valor justo de mercado na data da outorga com base na norma IFRS 2 CPC 10. O valor justo das opções do Primeiro e Segundo Programa é de R\$5,32 e R\$10,46, respectivamente. As opções foram provisionadas com base no modelo "Black & Scholes" e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2012 e 2013 foram: • Volatilidade de 34,88%; • Rendimento de dividendos de 4,5%. • Vida esperada da opção correspondente a três anos. • Taxa de juros livre de risco anual de 10,23%.

20. Informações por segmento de negócios: A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas Controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida dos serviços	1.252.616	1.385.367	186.937	192.546	1.439.553	1.577.913
Custos	(989.275)	(1.080.296)	(188.737)	(226.133)	(1.178.012)	(1.306.429)
(Despesas) receitas operacionais	(104.003)	(84.994)	(1.869)	(461)	(105.872)	(85.455)
Despesas com depreciação e amortização	(9.421)	(16.409)	(13.979)	(7.424)	(23.400)	(23.833)
Despesas financeiras	(84.692)	(76.994)	(799)	(828)	(85.491)	(77.822)
Receitas financeiras	43.659	58.541	2.788	951	46.647	59.492
Imposto de renda e contribuição social	(30.401)	(62.480)	10.406	7.910	(19.995)	(54.570)
Equivalência patrimonial	3.466	99	(1.089)	-	2.377	99
Participação de minoritários	(17)	9.979	-	-	(17)	9.979
Resultado de operações descontinuadas	(98.752)	(49.918)	-	-	(98.752)	(49.918)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(16.620)	82.895	(6.342)	(33.439)	(22.962)	49.456

A Companhia classifica suas análises de negócios segregadas em: logística automotiva, divisão que realiza transporte de veículos e peças para montadoras, composto pela Controladora e sua Controlada Tegmax e em logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e serviços correlatos e gestão de estoque, entre outras, para diversos segmentos de mercado, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais, Tegma Logística Integrada e Trans Commerce. Conforme descrito na nota 2.19 as operações da controlada Direct estão sendo apresentadas como operações descontinuadas e sendo que em 31 de agosto de 2014 foi concluída a alienação de 100% do capital social da Direct. Vide detalhes na Nota 30.

21. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Recuperação de despesas	934	487	13.434	17.498
Gainho na venda de ativo imobilizado líquido	1.316	-	1.853	-
Reversão de preço variável (vide Nota 10.h)	-	-	-	16.445
Outras	305	730	982	831
Total	2.525	17.662	16.269	34.774

22. Receita líquida dos serviços prestados
A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de serviços	1.561.351	1.679.979	1.787.291	1.936.341
Descontos, seguros e pedágio	(76.419)	(76.169)	(79.036)	(80.782)
Total	1.484.932	1.603.810	1.708.255	1.855.559

23. Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e despesas comerciais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços prestados	996.000	1.081.539	1.195.975	1.326.335
Despesas gerais e administrativas	86.687	90.005	98.038	99.279
Remuneração da administração	8.010	8.256	8.010	8.256
Despesas comerciais	1.472	2.077	1.472	2.077
Total	1.092.169	1.181.877	1.303.495	1.435.947

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de fretes - agregados	813.393	867.483	861.863	927.595
Salários	78.431	84.467	97.037	109.497
Serviços terceirizados	56.753	61.204	89.024	99.381
Encargos sociais	35.054	53.080	47.997	70.544
Aluguéis e leasing	30.271	28.651	69.288	70.999
Benefícios a empregados	23.467	25.615	31.992	36.044
Depreciação e amortização	9.415	16.013	23.400	23.885
Outros gastos com pessoal	9.065	6.879	11.042	7.853
Manutenção	8.887	16.119	16.744	16.744
Outros gastos gerais	6.992	6.673	11.252	12.445
Combustíveis e lubrificantes	6.352	6.816	7.788	8.992
Comunicação	5.943	5.468	6.901	7.607
Utilidades	2.423	2.515	6.001	6.223
Materiais	1.928	2.714	5.210	6.725
Despesa de viagem	1.145	997	1.169	1.027
Contribuições e doações	994	1.918	1.068	1.975
Despesas comerciais	804	955	832	1.444
Indenização de extravio	326	524	12.061	3.951
Documentação	272	408	509	716
Seguros	4	6	113	189
Processos trabalhistas	-	-	2.829	22.121
Total	1.092.169	1.181.877	1.303.495	1.435.947

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira	16.646	39.771	16.646	39.771
Resultado positivo de operação de Swap	15.887	14.218	18.247	15.341
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	6.824	3.885	6.824	3.885
Ganhos cambiais	3.845	391	4.878	451
Juros ativos	32	33	52	44
Descontos obtidos	-	-	-	-
Total	43.234	58.298	46.647	59.492

Despesa financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Juros sobre financiamentos bancários	(45.772)	(21.656)	(45.772)	(21.656)
Perdas cambiais	(16.894)	(27.076)	(16.894)	(27.076)
Resultado negativo de operação de Swap	(16.026)	(18.124)	(16.026)	(18.124)
Juros parcelamento (REFIS)	(3.395)	72	(3.520)	48
Despesas bancárias	(1.948)	(4.774)	(2.016)	(4.907)
Juros passivos	(744)	256	(1.368)	(374)
Descontos concedidos	(47)	-	(47)	-
IOF	(40)	(639)	(58)	(670)
Ajuste a valor presente	-	(5.081)	-	(5.081)
Total	(84.656)	(77.802)	(85.491)	(77.822)

Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado líquido de 2013 não contempla o resultado financeiro da controlada Direct no valor de R\$20.549 que estão apresentadas na linha de operações descontinuadas (vide Nota 30). Já os números de 2014 estão impactados pelas despesas das referidas dívidas na medida que o endividamento bancário da Direct foi transferido para a Controladora ao longo de 2014.	(61.422)	(16.794)	(58.844)	(18.330)
Despesa de imposto de renda e contribuição social: O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto corrente	(34.496)	(55.824)	(37.707)	(57.448)
Imposto corrente sobre o lucro do período	(34.496)	(55.824)	(37.707)	(57.448)
Total do imposto corrente	-	-	-	-
Imposto diferido	5.694	(5.793)	17.172	2.878
Imposto de renda e contribuição social	5.694	(5.793)	17.172	2.878
Total do imposto diferido	(28.812)	(61.617)	(19.995)	(54.570)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto corrente	(34.496)	(55.824)	(37.707)	(57.448)
Imposto corrente sobre o lucro do período	(34.496)	(55.824)	(37.707)	(57.448)
Total do imposto corrente	-	-	-	-
Imposto diferido	5.694	(5.793)	17.172	2.878
Imposto de renda e contribuição social	5.694	(5.793)	17.172	2.878
Total do imposto diferido	(28.812)	(61.617)	(19.995)	(54.570)

27. Partes relacionadas
a) Lucro (prejuízo) básico por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia				